



Projeto de Resolução n.º 1270/XIV
Reativação do serviço regional de passageiros da linha do Sul

A linha do Sul é uma das linhas ferroviárias mais importantes do país, ligando Lisboa a Tunes, no Algarve. Possui 272,5 quilómetros de extensão, dos quais apenas 69,7 quilómetros são de via dupla. Está totalmente eletrificada e é atualmente a única ligação ferroviária entre Lisboa e o Algarve, desde o encerramento da parte sul da linha do Alentejo. Esta linha serve atualmente os concelhos de Lisboa, Almada, Seixal, Barreiro, Palmela, Setúbal, Grândola, Santiago do Cacém, Ourique, Odemira e, na parte que liga Lisboa às Praias do Sado, perto de Setúbal, tem serviços urbanos.

Esta linha só teve a sua ligação ao concelho de Lisboa em 2003 com a abertura da travessia fluvial através da Ponte 25 de Abril, passando assim a ser a segunda ligação entre a parte norte da rede nacional ferroviária e a parte sul. A linha tem estações em vários concelhos com muitas indústrias, nomeadamente na Península de Setúbal com a Autoeuropa e o Porto de Setúbal. Em 2010 foi construído um desvio de 28,8 quilómetros junto a Alcácer do Sal, encurtando a distância e o tempo entre Lisboa, o Porto de Sines e Faro. A linha de Sines ramifica-se na linha Sul, que dá acesso ao Porto de Sines, um dos mais importantes do país.

Apesar da importância desta linha ferroviária, esta não resistiu à subida ao poder do Governo PSD/CDS em 2011 e a uma das maiores campanhas de encerramentos de estações e de desinvestimento na ferrovia que o país já conheceu. Logo a 11 de dezembro desse ano, poucos meses após a tomada de posse do Governo PSD/CDS, a linha do Sul veria suprimido todo o seu serviço regional entre as estações de Setúbal e Tunes, levando ao fim do serviço de passageiros nas estações de Monte Novo-Palma, Canal Caveira, Lousal, Amoreiras-Odemira, Luzianes e São Marcos da Serra e nos apeadeiros de Mourisca-Sado, Azinheira dos Barros, Alvalade e Pereiras. No mesmo dia os comboios Intercidades entre Lisboa e Faro passaram a utilizar a variante de Alcácer do Sal sendo, contudo, eliminada a paragem na estação dessa sede de concelho que ficou sem qualquer serviço de passageiros.

Estes anos sucessivos de desinvestimento deixaram graves lacunas no país, que só começaram a ser invertidas a partir de 2016, pelo Governo do PS, através de programas como o Plano Ferrovia 2020. Esta nova dinâmica permitiu assumir o caminho de ferro, com a sua grande capacidade, eficiência e potencial para a velocidade, como a espinha dorsal das redes de transportes das áreas metropolitanas e como fator de coesão territorial a nível nacional. Também por isso há hoje um consenso alargado em Portugal sobre a necessidade de intensificar a aposta na ferrovia, contrastando com o foco na rodovia que dominou as últimas décadas.

Mais recentemente, e depois de em 2020 ter entrado em vigor o contrato de serviço público celebrado entre o Estado e a CP, foi dado um importante passo relativamente



ao financiamento dos serviços ferroviários de passageiros. Em 2021 está já concluída a fase de recuperação de material circulante que se encontrava fora de serviço, passando-se neste momento à fase de modernização, nomeadamente das 50 carruagens recentemente adquiridas e de outras que se encontram ao serviço na CP, o que permitirá uma melhoria da qualidade do serviço ferroviário.

Ainda no que respeita a material circulante, a somar às 22 automotoras elétricas e bimodo, cujo procedimento de aquisição foi recentemente adjudicado, estão a ser iniciados os procedimentos de aquisição de 129 automotoras elétricas para todas as categorias de serviços. A aquisição destes novos comboios é, assim, uma oportunidade para a substituição de unidades que já ultrapassaram a sua vida útil e de reforço imediato da oferta e da reativação de vários serviços como o da linha do sul.

Além de tudo isto, foi lançado no último mês a primeira fase de discussão do novo Plano Ferroviário Nacional, um programa que quer orientar as opções de investimento no longo prazo e tem os objetivos de levar a ferrovia a todas as capitais de distrito, de reduzir o tempo de viagem e de promover melhores ligações da rede ferroviária às infraestruturas portuárias e aeroportuárias.

É por todo este contexto de renovada aposta e investimento num novo ciclo de modernização, expansão de capacidade da rede ferroviária e melhoria do serviço prestado que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende estarem agora reunidas as condições para que se corrija mais uma das nefastas consequências que a última governação de direita teve na península de Setúbal e no litoral alentejano. Entende assim o Partido Socialista que é imperioso que se volte a reativar de forma célere o serviço regional ou inter-regional ferroviário de passageiros da linha do Sul.

Esta tem sido, aliás, uma antiga e permanente reivindicação dos autarcas do Partido Socialista nos concelhos da península de Setúbal e no Alentejo litoral, que têm tido um papel dedicado, persistente e determinante em lutar pela importância da retoma do serviço regional de passageiros de toda esta linha. Principalmente nas zonas do litoral alentejano, região afetada por profundas carências ao nível de transportes públicos, onde as opções de deslocação são claramente deficitárias e os cidadãos se veem obrigados a recorrer diariamente ao automóvel como único meio de transporte viável.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista abaixo-assinados apresentam o seguinte projeto de resolução:

Nos termos da alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, a Assembleia da República resolve recomendar ao Governo que:



1. Proceda à reativação do serviço regional ou inter-regional ferroviário de passageiros da linha do Sul, com passagem pelo troço original de Alcácer do Sal e paragem em todas as estações dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Ourique e Odemira.
2. Inscreva no Plano Ferroviário Nacional o modo, a forma e o tempo para retoma e renovação do serviço regional de passageiros na Linha de Sines.

Palácio de São Bento, 13 de maio de 2021

As Deputadas e os Deputados,

Filipe Pacheco

Clarisse Campos

André Pinotes Batista

Eurídice Pereira

Maria Antónia Almeida Santos

Sofia Araújo

Fernando José

Ivan Gonçalves

Pedro do Carmo

Telma Guerreiro